

Darcy ribeiro (1922-1997): Universidade e projeto autopropelido de nação

Roberto Leher¹

Resumo: Nos marcos dos 100 anos de nascimento de Darcy Ribeiro (1922-2022) o artigo revisita a obra *A universidade necessária* por meio de uma leitura interpelada pelos desafios da universidade pública, especialmente das universidades federais no governo Bolsonaro. Destaca a indissociabilidade entre as lutas pela reforma universitária nos anos 1960 e o processo da revolução brasileira, no qual sobressaíram grandes quadros intelectuais como Ribeiro. Realiza pontuações sobre o protagonismo estudantil a partir da tradição das lutas de Córdoba, 1918, assim como a propósito dos determinantes da reforma universitária. Coloca em relevo a defesa do compromisso ético-político da universidade com um projeto autopropelido de nação construído com o povo pobre. Ao final, sintetiza princípios orientadores da universidade necessária.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro, universidade brasileira, projeto de nação, modernização reflexa, universidade no governo Bolsonaro.

Darcy Ribeiro (1922-1997): University and self-propelled nation project

Abstract: In the framework of the 100th anniversary of Darcy Ribeiro's birth (1922-2022), the article revisits the work *The necessary university* through a reading questioned by the challenges of the public university, especially the federal universities in the Bolsonaro government. It highlights the inseparability between the struggles for university reform in the 1960s and the process of the Brazilian revolution, in which great intellectuals such as Ribeiro stood out. It points out student protagonism based on the tradition of the struggles of Córdoba, 1918, as well as regarding the determinants of university reform. It emphasizes the defense of the university's ethical-political commitment to a self-propelled project of a nation built with poor people. In the end, it synthesizes guiding principles of the necessary university.

Keywords: Darcy Ribeiro, Brazilian university, nation project, reflex modernization, university in the Bolsonaro government.

Darcy Ribeiro (1922-1997): Proyecto universidad y nación autopropulsada

Resumen: En el marco de los 100 años del natalicio de Darcy Ribeiro (1922-2022), el

¹ Doutor em Educação. Professor Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: robertoleher@fe.ufrj.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5063-8753>.



artículo retoma la obra *La universidad necesaria* a través de una lectura cuestionada por los desafíos de la universidad pública, en especial de las universidades federales en el gobierno de Bolsonaro. Destaca la inseparabilidad entre las luchas por la reforma universitaria en la década de 1960 y el proceso de la revolución brasileña, en el que se destacaron grandes intelectuales como Ribeiro. Realiza partituras sobre el protagonismo estudiantil a partir de la tradición de las luchas de Córdoba, 1918, así como sobre los determinantes de la reforma universitaria. Destaca la defensa del compromiso ético-político de la universidad con un proyecto autopropulsado de nación construida con los pobres. Al final, sintetiza principios rectores de la universidad necesaria.

Palabras-clave: Darcy Ribeiro, universidad brasileña, proyecto de nación, modernización refleja, universidad en el gobierno de Bolsonaro.

Um intelectual engajado na revolução brasileira

No curto, mas intenso, interregno entre os anos 1940 e a efetivação da contrarrevolução preventiva de 1964 (FERNANDES, 2008; RIBEIRO, 1988, p.168), o Brasil conheceu o auge do sistema de acumulação de industrialização por substituição das importações. Neste período, coincidente com muitos movimentos de libertação nacional na Ásia, África e na América Latina, a exemplo da revolução cubana, ‘a questão nacional’ foi recolocada na agenda mundial, abrangendo concepções diversas, desde aquelas vinculadas ao campo liderado pela URSS, como outras associadas à agenda do diferenciado campo dos países ditos não alinhados, em geral adeptos da Nova Ordem Econômica Internacional. Na ótica capitalista, sob a direção dos Estados Unidos, o contraponto a tais vertentes foi a ideologia do desenvolvimento, na qual a questão nacional está transfigurada no movimento de integração ao capitalismo monopolista.

No caso brasileiro possivelmente a *Declaração de Março de 1958*, elaborada pelo Partido Comunista Brasileiro (PRESTES, 2011), seja a elaboração estratégica mais sistemática sobre a necessidade de uma revolução nacional e democrática de teor anti-imperialista, industrializante, antilatifundiária e capaz de empreender robustas reformas de base a partir da aliança entre as frações burguesas tidas como modernas e os trabalhadores, como etapa necessária para o avanço da luta pelo socialismo (LEHER, 2018). O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, a União Nacional dos Estudantes e a esquerda trabalhista, embora com nuances, estavam comprometidos com essa tese. Florestan Fernandes destaca que tal concepção estratégica era uma hipótese necessária, mas que, como o golpe de 1964 permitiria concluir pouco tempo depois, não se confirmou como acertada, visto a inexistência de frações burguesas nacionais dispostas a conduzir tal revolução, conclusão compartilhada por Ribeiro (1971/1988).

O propósito destas pontuações não é analisar a correção ou não da estratégia nacional-democrática, tema discutido em LEHER (2018), FERNANDES (2008) e RIBEIRO (1988). Objetiva apontar que esta estratégia colocou em relevo o papel dos intelectuais críticos e a favor de reformas profundas (seja como etapa ou não do socialismo), inclusive como quadros de governo, como nos casos de Anísio Teixeira, Celso Furtado, Darcy Ribeiro e Paulo Freire. Esse fenômeno foi muito particular daquele período, sendo radicalmente modificado com a afirmação do capitalismo monopolista. No período da ditadura empresarial-militar, é perceptível a perda de proeminência dos intelectuais nos assuntos públicos e, ainda mais, na condução dos governos.

Dentre os grandes quadros intelectuais brasileiros, Darcy Ribeiro é um dos mais brilhantes e originais organizadores “intelectuais” do século XX (BOMENY, 2001a). Ocupa um lugar proeminente nas gerações que lutaram em prol da educação pública, dos povos originários, da integração latino-americana e da cultura, todas elas no escopo das reformas de base no pulsante período de 1946-1964. Após seu retorno ao Brasil, na segunda metade dos anos 1970, no contexto da chamada redemocratização que acabou engolfada pelo neoliberalismo, Darcy foi um dos raros intelectuais que seguiu engajado na busca de soluções para os problemas nacionais, logrando espaço político no país.

Ao longo de sua vida, pensou e lutou por um outro porvir da nação: inventando o Brasil que nós queremos, um país em que seja possível uma “prosperidade generalizável a toda a população” (FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. Político, s/d). Darcy Ribeiro não foi um intelectual tradicional, ao contrário: conjuga o sentido gramsciano (que assume função diretiva, organizativa, em suma, educativa) (GRAMSCI, 2010, p. 15-25) e traços dos intelectuais públicos a que se refere Mannheim (1974).

É importante salientar que não foi estritamente a trajetória acadêmica de professor universitário que o colocou em destaque, embora tenha sido um importantíssimo Professor de Etnologia, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil. Após o exílio, sua relação com a universidade foi, em geral, crispada. Foi sua pele de intelectual organizador empenhado no ‘fazimento’ de alternativas, instituições e políticas que levou Darcy a ser convidado por três presidentes, Juscelino Kubistchek (JK), Jânio Quadros (JQ) e João Goulart (Jango), a assumir um lugar proeminente e axial na criação da Universidade de Brasília (UnB). O ímpeto do fazimento o levou a ocupar cargos políticos de grande envergadura, como o de Ministro da Educação (1962), estabelecendo a vinculação orçamentária de 12% para a educação e, em 1963, o cargo de Ministro chefe

da Casa Civil de Jango, coordenando a implementação das reformas de base. No período do exílio atuou como assessor de Salvador Allende (Chile) e de Velasco Alvarado, no Peru, além de ter contribuído na reforma de diversas universidades latino-americanas. Em 1983, exerceu o cargo de Vice-governador do Estado do Rio de Janeiro com Leonel Brizola e foi eleito Senador da República (1991) (AZEVEDO, 2002).

Antropólogo (1944) com carreira reconhecida, na qual a parceria intelectual com sua companheira, a professora Berta Ribeiro, foi muito relevante, Darcy Ribeiro foi organizador da defesa dos povos indígenas no Serviço de Proteção aos Índios, liderado por Rondon, no Museu do Índio (1953), e na criação do Parque Nacional do Xingu, 1961.

Incorporou, crescentemente, o papel de educador. Nos anos 1950, se aproximou de Anísio Teixeira, também ele um intelectual público, atuando com destaque na defesa da Escola Pública nas lutas pela aprovação de uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que contribuísse para a generalização da educação pública, laica, gratuita, universal, projeto ameaçado pela ofensiva privatista e reacionária do Substitutivo Lacerda, 1961. Esta convivência se estreitou no período em que Ribeiro esteve na direção do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE, 1957-1961) trabalhando com Anísio, então dirigente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

4

O presente artigo não tem a pretensão de realizar uma análise exaustiva da trajetória do lutador em prol da defesa da educação pública (BOMENY, 2001b; FARIA, 2012; MATOS, 2015; MIGLIEVITH-RIBEIRO, 2017), a exemplo de sua liderança na formação da UnB, da Universidade Estadual do Norte Fluminense e dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), no governo Brizola. A problemática central é mais particularizada. Objetiva inserir as reflexões de Ribeiro – e de sua atuação como intelectual público – nos dilemas da universidade brasileira de hoje, aprofundando estudo anterior sobre o autor (LEHER, 2017). Dado o interesse em tornar pensável a universidade, o texto não pode deixar de estar referenciado no livro *A Universidade Necessária* (1969), a obra em que Ribeiro logra sintetizar suas reflexões sobre a universidade na América Latina. Como destaca Anísio Teixeira em sua Apresentação, esta coletânea de artigos foi escrita no exílio, em seu período na ‘reformista’ Universidade da República (Uruguai). Naquele contexto, segue Anísio, a universidade era um dos terrenos mais estratégicos das lutas, especialmente contra a ditadura instaurada em 1964.

A criação da universidade no Brasil sempre foi um tema difícil, como se desprende do atraso de sua instauração no País e, de modo muito rude, da destruição da Universidade do Distrito Federal. Como é característico do capitalismo dependente as resistências às universidades não são apenas externas, nem tampouco dos militares, mas também dos setores dominantes e da sociedade política a eles subordinados.

Ao contrário da crença difundida, a criação da UnB não contou com o apoio de JK. A ideia original de que a nova capital deveria contar com uma universidade pública é da lavra de Lúcio Costa e de Oscar Niemeyer que a inseriram no Plano Diretor de Brasília, como relatado no imprescindível livro de Roberto Salmeron (1999) sobre a UnB. Com efeito, o presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, Israel Pinheiro, um político influente e escutado por JK era contra, provavelmente por temer a presença estudantil na nova capital (SALMERON, 1999).

Foram quadros intelectuais que atuavam em seu governo (JK) que recolocaram a criação de uma universidade pública em Brasília. Cyro dos Anjos, subchefe do gabinete civil da presidência e Victor Nunes Leal, chefe de gabinete, convenceram o presidente a criar um grupo de estudo para planejar a instituição. Inicialmente, Anísio Teixeira foi convidado, elaborando um anteprojeto com o seu auxiliar, Darcy Ribeiro. Como Teixeira estava planejando a educação da nova capital, delegou a tarefa de articular a criação da universidade à Ribeiro. Este anteprojeto foi engavetado, confirmando a força de Israel e as insidiosas pressões da Igreja Católica. Somente no final do governo JK o projeto foi retomado. A lei de sua criação se deu no contexto da renúncia de JQ, aprovada de roldão com vários outros projetos no apagar das luzes de seu governo. Efetivamente, o decreto que institui a Fundação Universidade de Brasília ocorreu no governo Jango. Anísio foi convidado a ser o reitor, mas declinou, pois não queria fixar residência em Brasília. Assim, Darcy assumiu como o primeiro reitor e Anísio como vice.

Um dos grandes méritos de Darcy Ribeiro foi inserir a universidade no cerne do esforço da Nação de enfrentar os grandes problemas nacionais, emoldurado pelas reformas de base. Como apontado, Darcy Ribeiro esteve na Casa Civil entre 1963 e os meses que antecederam o golpe em 1964, justamente com a tarefa de viabilizar as reformas. Entretanto, a UnB não foi construída em um terreno fértil e favorável à educação pública. A LDB de 1961 resultou de uma derrota dos defensores da educação pública, a exemplo de Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Lendo em

retrospecto o contexto está evidente que o país vivia o ambiente de preparação da contrarrevolução preventiva, alicerçada pela autocracia burguesa.

A originalidade e a força do projeto original da UnB se deve às concepções espaciais de Niemeyer e Lucio Costa e às três grandes influências que marcaram as reflexões de Ribeiro que consubstanciaram a concepção da UnB: i) sua preocupação educacional, vinda da experiência do CBPE/INEP (Anísio Teixeira); ii) seu aprendizado sobre o pluralismo de áreas de conhecimento que configuram a universidade, possibilitado pela interação com professores das ciências da natureza e das ciências duras quando, a convite do fisiologista Henri Moussatché, atuou na SBPC (1956) para elaborar propostas de inclusão das Ciências Humanas na entidade e, não menos importante, iii) seu engajamento na causa indígena que, conforme depoimento que pude acompanhar pessoalmente, educou epistemologicamente seu olhar. É uma citação de memória, mas a ideia geral era aproximadamente que, quando ele adentrou o interior do Brasil, conhecendo os povos indígenas, a vida das pessoas que vivem nos campos e nas florestas, constatou que os intelectuais e a maior parte dos intérpretes do Brasil olharam o país a partir das grandes cidades que margeiam as áreas próximas ao litoral, dirigindo seu olhar para fora do Brasil, buscando respostas para os problemas nacionais na Europa e nos EUA. A experiência vivida por ele permitiu um olhar guiado por outro vetor epistemológico: do Brasil profundo para o restante do país, reconfigurando sua compreensão sobre o povo brasileiro e sua conformação histórica, tema de livros diversos, como: *Os brasileiros - 1. Teoria do Brasil e Os índios e a civilização*, *A fundação do Brasil*, um compêndio de textos históricos dos séculos XVI e XVII, *Aos trancos e barrancos*, que é um balanço crítico da história brasileira de 1900 a 1980.

Nenhuma obra pode ser lida e interpretada de modo desvinculado de suas condições de produção e de seu contexto histórico. Evidentemente, muitos aspectos do livro *A universidade necessária* dialogam com os problemas dos anos 1950 e 1960. Em 1960, a população brasileira possuía 71 milhões de habitantes, contudo, apenas 93 mil pessoas estavam matriculadas no ensino superior. O tema da elitização e da massificação estava inscrito nesse quadro. Enquanto na Argentina 10% da população em idade escolar estava na educação superior, no Brasil apenas 1,6%, percentual menor do que no Paraguai (2,3%). As marcas do capitalismo dependente, por conseguinte, eram uma trava muito mais estrutural do que os problemas intra sistemas de ensino. As suas reflexões sobre a

universidade não podem ser dissociadas da experiência do golpe empresarial-militar e de suas vivências latino-americanas na condição de exilado.

De fato, efetivado o golpe, as universidades rapidamente foram “tomadas” pela ditadura que já sabia o que fazer: intervenções militares, destituição de reitores e professores, imposição do medo, criando o meio de cultura para implementar a Modernização Reflexa (RIBEIRO, 1969) nas instituições, objetivo em grande medida alcançado. A síntese de Ribeiro sobre a Modernização Reflexa, adaptativa à espoliação neocolonial, inercial, parece se referir aos dias atuais,

(...) modernização reflexa, baseada na suposição de que, acrescentando certos aperfeiçoamentos ou inovações às nossas universidades, vê-las-emos aproximar-se cada vez mais de suas congêneres mais adiantadas até se tomarem tão eficazes quanto aquelas. (Ribeiro, 1969, p.9)

Para levar adiante a contrarrevolução a ditadura empresarial-militar rapidamente afastou do serviço público um largo espectro de educadores empenhados nas grandes reformas educacionais. Com efeito, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e Anísio Teixeira foram cassados pelo primeiro Ato Institucional da ditadura.

7

Os atos de violência sobre os educadores e as universidades não foram justificados por seus reais objetivos, a refuncionalização da educação para obstar as reformas educacionais em curso, contando, por isso, com a colaboração de educadores que não hesitaram em sujar suas mãos manipulando os atos ditatoriais. No Brasil, o tema da universidade pública sempre foi marcado por um profundo desencontro entre o “proclamado” (as juras de amor dos setores dominantes pela educação e pela ciência) e o real, marcado por hostilidades abertas e efetivas contra a universidade.

Em *A universidade necessária* (1968/1969) o autor ressalta que, no contexto da guerra fria, a universidade era vista com desconfiança também nos Estados Unidos (EUA). Ribeiro relata como os nexos entre as universidades (Instituto Tecnologia de Massachusetts e John Hopkins) e os militares situaram os financiadores em uma posição de comando frente aos docentes que acabaram sendo vigiados pelo FBI e a CIA colocando “os cientistas sob estreita vigilância, tratando-os como traidores potenciais de sua pátria” (Ribeiro, 1968, p.58). Essas motivações do aparato militar e de inteligência foram sistematicamente incorporadas nas ações da Aliança para o Progresso, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e da Agência Central de Inteligência (CIA). Em suma, no Brasil, a ditadura vinha sendo pressionada pelos EUA a

enfrentar a suposta influência comunista nas universidades, empreendendo uma cruzada anticomunista que contou com o apoio ativo dos setores dominantes (DREIFUSS, 1981), das Forças Armadas e dos segmentos políticos subservientes.

Como aponta Ribeiro, a atuação do aparato militar e do sistema de segurança dos EUA foi muito sistemática na América Latina, a exemplo do projeto Camelot difundido na região a partir da Universidade de Washington e do MIT, junto com outras instituições universitárias. A leitura atenta do excerto a seguir é autoexplicativa dos propósitos de tal “cooperação de pesquisa”.

Reproduzimos, a seguir, o tópico referente à educação, do Plano Camelot, dirigido por Ralph Swisher no projeto do estudo analítico sobre o controle governamental das instituições sociais.

“6. *Educação*, a) Que instituições educacionais dirige o governo? Em que percentagem? E como se garante a lealdade dos professores? (Quanto se dedica a orientar a lealdade para com o governo), b) Até que ponto são cuidadosamente supervigiados seus ensinamentos? Quem a efetua? (Ministério da Educação ou Polícia), c) Aberta ou encobertamente, ou ambas? d) Necessitam os professores (principalmente os universitários), para subsistir, desempenhar outros trabalhos, em geral empregos públicos? a) Em que percentagem têm outros cargos? b) Que percentagem de suas rendas provém de outros cargos? Em que medida são importantes, para a permanência em seu cargo, suas relações com o governo? 2) Como se estimula a lealdade do corpo discente? a) Que percentagem de textos está destinada a engrandecer a imagem nacional, a lealdade ao governo? b) Até que ponto os cargos nas instituições educacionais superiores se usam como prêmios à lealdade? b) Que classe de controles tem o governo sobre os colégios privados? Estabelecem-se *standards* mínimos para os professores? Exigem-se nestes colégios determinados textos e cursos?”. (G. SELSER, 1966, págs. 283/284, apud RIBEIRO, 1969, p. 153-154)

O intento de controle social e ideológico das universidades é exposto sem meias palavras. Lealdade ao governo significa, no caso, engajamento anticomunista, ou seja, apoio aos golpes que vinham se alastrando na América Latina. As universidades são convertidas em peças das operações guiadas pela doutrina da segurança nacional. Por isso, efetivado o golpe empresarial-militar, a UnB tornou-se alvo da investida policial-militar acentuando, justamente, que os militares consideravam os cientistas potenciais traidores da pátria, no caso, com base na ideologia da segurança nacional:

A 9 de abril, tropas da Polícia Militar de Minas Gerais e efetivos do Exército sediados em Mato Grosso, ocupando quatorze ônibus e trazendo três ambulâncias de serviço médico — não se sabe até hoje o

porquê, mas era esperada uma reação armada de parte da Universidade! — em uniforme de campanha e portando equipamento de combate, invadiam o *campus* universitário. (...) Com as tropas, vinha uma lista de professores a serem aprisionados. Doze desses professores puderam ser encontrados, seja no *campus*, seja em suas residências, onde foram chamados pela reitoria e pelos colegas, que julgaram melhor seria os mesmos se apresentarem, já que nada tinham a ocultar e, assim, poderiam facilmente desfazer equívocos. Nossa surpresa foi, porém, que muitos deles ficaram presos no quartel do Batalhão da Guarda Presidencial de treze a dezoito dias... (RIBEIRO, 1969, p.251).

A ditadura, conforme Ribeiro, interdito qualquer movimento de superação das desigualdades sociais:

identificam na universidade um centro renovador que deve ser erradicado a qualquer custo porque não podem impedir que ela se volte contra a ordem vigente no que tem de retrógrada, de injusta, de desigual e de incapaz de progresso. (RIBEIRO, 1969, p. 19)

Esperançar com o fazimento da história

9

A releitura de *A universidade necessária* no ano do centenário de Darcy Ribeiro causa uma profunda inquietação: parece que o tempo histórico é circular, pois os relatos de ódio contra a universidade, a ciência, a cultura, a arte e as liberdades de cátedra e de pensamento são dilacerantemente atuais. Milhares de professores, técnicos e administrativos e estudantes se reconhecem em seus relatos. Entretanto, não há volta ao passado, mas formas de recriação da autocracia burguesa e, nesta, de novas expressões de golpes que interrompem governos legítimos, como em 2016, e, com muitas especificidades, de processos de fascistização engendrados a partir do Estado Ampliado, em que aparelhos privados de hegemonia da extrema direita ganham espaços na sociedade política, no Estado estrito senso, como no caso do MEC, um dos mais estruturados *bunkers* da extrema direita. Mas a leitura do livro, nos dias de hoje, não induz o leitor ao derrotismo ou ao desânimo. Perpassa o texto uma férrea vontade de forjar um outro futuro que é extraordinariamente importante para os tempos ásperos que as universidades conhecem atualmente no Brasil, sob o processo de fascistização empreendido pelo governo Bolsonaro.

Deixando em suspenso, por hora, o grau de autonomia da universidade nos projetos de futuro, um tema crucial, visto que a heteronomia cultural não está desvinculada das amarras do capitalismo dependente, é extremante motivante observar

como Darcy Ribeiro está projetando as universidades como dimensão estruturante de um projeto autônomo de nação. A universidade é concebida como instituição capaz de promover a “aceleração evolutiva”, revolucionária e liberadora da sociedade, impulsionada por uma *intelligentsia* esclarecida, responsável e disposta a transformar a realidade, alterar o ritmo da história e modificar o processo de transformação da civilização. *Intelligentsia* disposta a enfrentar a colonização cultural por meio de uma revolução cultural (FERNANDES, 2020, p.361). Neste prisma, a universidade do terceiro mundo faria a revolução cultural do terceiro mundo (Idem). A observação crítica de Fernandes de que a obra acaba superdimensionando a autonomia e a capacidade de elaborar conhecimento transformador na universidade é pertinente. A revolução não será realizada na universidade. Darcy Ribeiro, como Florestan Fernandes, está ciente disso. Mantendo em suspenso a análise do referido nexos entre a função social da universidade no capitalismo dependente, é importantíssimo ressaltar a força utópica, o sentido de projeto, o desejo transformador, presentes na obra de Ribeiro.

Darcy Ribeiro não é ingênuo, nem um voluntarista cego diante das pesadas circunstâncias que levaram ao golpe de 1964 e das suas consequências para universidade. Após a publicação de *A universidade necessária*, Darcy Ribeiro escreveu em Santiago o Prólogo de seu livro *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes* (publicado pela Siglo XXI, originalmente em 1971, no México), destacando que sua análise sobre as forças insurgentes na América Latina era um esforço do autor:

(...) por ajustar-se a esse padrão de conduta científica com um propósito político muito claro: o de contribuir para a formulação de uma teoria explicativa que ajude a impulsionar a revolução necessária. (RIBEIRO, 1988, p. 15, ver Cap. 11 desta obra).

Naquela obra Darcy Ribeiro faz uma avaliação dos desafios enfrentados pelo governo Jango e das circunstâncias que resultaram no golpe de 1964:

O fracasso do reformismo resultaria do seu próprio caráter conciliatório, enquanto esforço de promover renovações consentidas? Ou é explicável por fatores ocasionais provenientes de erros e deficiências que poderiam ser evitados? No caso do Brasil, a conjuntura internacional de 1961 em que se inicia o governo Goulart (João XXIII e John Kennedy) e o sucesso popular da campanha desencadeada para promover as reformas ofereciam condições especialmente favoráveis à sua consecução. Por isso é legítimo supor que o enfrentamento das constrictões oligárquica e imperialista seja tarefa demasiadamente exigente (pelo vulto de interesses que contraria) para que possa ser

levada a cabo pelas vias institucionais. A contraprova dessa asserção está em que nenhuma nação conseguiu jamais arrostar com sucesso estas duas constrações a não ser no curso de processos revolucionários. Isto significa que para realizar as reformas estruturais é necessário fazer previamente a revolução. Significa também que este é um imperativo irrecorrível, tanto para os que aspiram a um regime nacionalista-modernizador, como para os que querem avançar pelo caminho do socialismo. (RIBEIRO, 1988, p. 170)

Como é possível deprender do excerto acima, a experiência do brutal golpe empresarial-militar levou Darcy Ribeiro a compreender de modo mais profundo os limites do reformismo estrutural na ordem vigente. Neste importante livro fica patente sua descrença nas convicções reformistas da 'moderna' burguesia brasileira, indicando seu afastamento das premissas da *Declaração de Março de 1958* que concebia, de algum modo, que setores modernos da burguesia poderiam ser pressionados a empreender uma revolução nacional-democrática:

Esta estratégia parte do pressuposto da existência de uma "burguesia progressista", cujos interesses antagônicos com os do latifúndio e do imperialismo a predisporiam a uma ação conjunta com o proletariado e o campesinato para o desencadeamento de uma revolução social. Como nos países latino-americanos não se encontra esta burguesia de perfil clássico, mas uma estrutura de poder de outro caráter, as alianças propugnadas só podem fazer-se com os setores mais oportunistas do patriciado e com lideranças populistas e reformistas, para atender aos objetivos políticos destas. Tais alianças convertem as esquerdas consentidas em forças auxiliares do sistema político que, embora lhe acrescente conteúdos heterodoxos, contribuem antes para manter do que para alterar a estrutura de poder. (RIBEIRO, 1988, p. 207)

Não é propósito deste artigo discutir a estratégia original de Darcy Ribeiro, combinando a revolução necessária e a revolução continental discutida nos *Dilemas da América Latina*, mas realçar como os setores dominantes obstaram a conexão universidade, povo e nação inclusive nos governos reformistas e progressistas que, embora tenham introduzido elementos avançados, não lograram criar bases da universidade necessária; as políticas da ditadura, evidentemente, suprimiram os aspectos avançados contidos nas agendas reformistas e ampliaram os fundamentos da Modernização Reflexa, especialmente pela combinação da regulamentação da pós-graduação em 1965, pela subordinação geral a agenda da segurança nacional (AI-5/68 e Decreto 477/69) e pelo ajuste aos requisitos do capitalismo monopolista que, de modo impreciso, ficou conhecido como modernização conservadora.

A *universidade necessária* é um livro pleno de referências ao amplo arco de forças nacionais e estrangeiras (as condições oligárquica e imperialista) que efetivaram o golpe e destroçaram a UnB (e as demais instituições) e, mais amplamente, combateram, ferozmente, as reformas de base e a própria democracia. O diálogo entre os dois livros aqui citados abre vias muito fecundas para pensar os limites do reformismo e, especificamente, o reformismo universitário e para compreender as entranhas da Modernização Reflexa.

Ainda que os determinantes da contrarreforma universitária sejam externos às instituições, sem o colaboracionismo da *intelligentsia* contrarrevolucionária os seus efeitos não teriam sido tão profundos nas universidades. Seus relatos e análises não deixaram de enfrentar com coragem o colaboracionismo de acadêmicos com o projeto destruidor da liberdade de cátedra e da democracia universitária, a exemplo de Zeferino Vaz, Suplicy de Lacerda, Laerte Ramos de Carvalho e, distintamente, de realçar a dignidade de professores que resistiram ao desmonte da UnB, como Roberto Salmeron e Antônio Rodrigues Cordeiro, entre outros duzentos e dez docentes que, por meio de uma medida extrema, pediram demissão de seus cargos em protesto contra a demissão politicamente motivada de docentes. A consideração de suas análises sobre o desmantelamento da UnB não deixa de ser um amargo balanço da derrota da estratégia da revolução nacional e democrática.

Dialeticamente, entretanto, o texto não sublima as interpelações do intelectual empenhado no fazimento de um outro Brasil. Discute os sujeitos da transformação, os estudantes e o povo pobre, sem abrir mão de indicar caminhos capazes de superar a Modernização Reflexa das universidades.

Protagonismo estudantil

Diferente da quase totalidade dos intérpretes da universidade brasileira, Ribeiro confere um lugar de destaque, na crítica à Modernização Reflexa, aos estudantes. Darcy Ribeiro faz nove referências às lutas de Córdoba, 1918, dedicando toda uma seção ao movimento. No Capítulo 3, “Tentativas de Renovação”, Darcy interpela o luminoso movimento de Córdoba, 1918 (“A principal força renovadora da Universidade Latino-Americana foi o movimento reformista iniciado em Córdoba em 1918”, p.112). Este

diálogo com Córdoba é quase que uma voz isolada no país. Darcy celebra o enfrentamento ao caráter aristocrático e patriarcal das cátedras universitárias; ressalta como admirável o *Manifesto de Córdoba*; enfatiza o valor do co-governo, a autonomia, a eleição de dirigentes, a seleção de docentes por concursos públicos, a gratuidade, as cátedras livres, a liberdade de cátedra, e o livre acesso.

Ribeiro reconhece o vigor e a generosidade das lutas estudantis (ele escreve a versão final do livro em 1968!) destacando que, embora parte dos estudantes acabará enredada na Modernização Reflexa, outros levarão as lutas a outro patamar de radicalidade. Embora naquele contexto, os estudantes, grosso modo, pertencessem aos estratos de maior poder aquisitivo, muitos estavam movidos pelo senso de urgência de transformar a universidade e a sociedade, em prol da reformulação da ordem social e da responsabilidade moral da ciência. Sua mensagem de fundo reside na crença de que as reformas democráticas poderiam acender o intento de transformação das universidades e, reciprocamente, que estas poderiam cumprir o papel de catalisadoras de mudanças sociais, especialmente por meio das lutas estudantis. A exemplo de Florestan Fernandes, Ribeiro está ciente tanto dos limites políticos do segmento estudantil, então em forte mobilização (1968), como da importância de inserir a causa da educação nas lutas de massas, objetivo que segue sendo um desafio decisivo no presente.

Não representará [o movimento estudantil], porém, o papel fundamental, porque este pertence, necessariamente, às grandes mobilizações de massa, únicas capazes de reorientar o curso da história (Ribeiro, 1969, p.4).

O tema de fundo que subjaz e perpassa as condições para a reforma universitária, em prol da universidade necessária, indubitavelmente, é a dialética entre os movimentos internos à universidade (em confronto com a Modernização Reflexa) e os determinantes do capitalismo dependente. Ribeiro irá defender a politização das grandes questões da universidade no âmbito do espaço público, a única forma de enfrentar as forças “reflexas”:

A confluência das lutas estudantis com as populares só se fará possível, entretanto, através da politização da universidade e da difusão entre amplas camadas dos debates e das lutas que nela se travem (RIBEIRO, 1969, p.4).

A perspectiva de tempo não está, como no olhar do Anjo da História de Benjamin, voltada para o passado. A motivação central é forjar o futuro a partir da superação da Modernização Reflexa, por meio do trânsito.

Seu tema verdadeiro é o trânsito entre o hoje e o amanhã, no curso do qual as universidades deverão antecipar formas que só amadurecerão lentamente e fazê-lo passo a passo com a sociedade e como um dos instrumentos básicos de sua transfiguração. (RIBEIRO, 1969, p.4).

Determinantes da reforma universitária

A reforma universitária somente pode ser efetivada como crítica à Modernização Reflexa. Por isso, um eixo central da reforma é a centralidade da Política Cultural Autônoma, explicitamente em confronto com a “colonialidade do saber”. Sem enfrentar os entraves neocoloniais, inexistente projeto consciente e autônomo visto que a ditadura, os organismos internacionais e o capitalismo monopolista empreendem uma vasta ação de colonização cultural sobre as universidades.

Ninguém ignora que uma série de órgãos internacionais e nacionais de outros países têm, hoje, **idéias muito precisas sobre o tipo de universidade que nos convém; sobre a investigação que nos cabe realizar e sobre a natureza de ensino que devemos ministrar.** (RIBEIRO, 1969, p.23-24, destaques RL)².

A crise vivida pelas universidades, especialmente nos países sob ditaduras, assume feições políticas severas. Os defensores da Modernização Reflexa dirigem a contrarreforma de 1968. Os seus operadores na ditadura manejam os recursos orçamentários para as instituições, nomeiam reitores com larga margem de discricionariedade e têm o poder de autorizar recursos para os projetos ‘prioritários’; caso a cooptação falhe podem afastar docentes e estudantes que não se coadunam com o novo regime pelo Ato Institucional n. 5/1968 (AI-5) e pelo Decreto Lei n. 477/1969. Desse modo, o espaço político dos que lutam por reformas torna-se extremamente restrito, inclusive afastando os setores burgueses que poderiam nutrir algum respeito à autonomia universitária. Como sublinha Ribeiro, as ditaduras denotam o fracasso da hegemonia democrático-burguesa e exacerbam as piores características do despotismo militar.

² Em determinados excertos da obra A universidade necessária a ortografia então vigente (1969) foi mantida.

A intervenção destes chefes militares na vida política latino-americana decorre, essencialmente, do fracasso das classes dominantes nativas que, ao não conseguirem assegurar um mínimo de progresso autônomo a suas sociedades, se tomaram incapazes de preservar as instituições republicanas. (RIBEIRO, 1969, p. 19)

A contraposição à Modernização Reflexa, o crescimento autônomo, necessariamente ativo e insubmisso, é assim sumarizada:

A outra política, que designamos de crescimento autônomo, parte da suposição de que a universidade, como uma subestrutura inserida numa estrutura social global, tende a operar como órgão de perpetuação das instituições sociais, enquanto atua espontaneamente; e que só pode representar um **papel ativo no esforço de superação do atraso nacional, se intencionaliza suas formas de existência e de ação com êste objetivo.** (RIBEIRO, 1969, p.9, destaques RL).

[O novo modelo estrutural das universidades deve] opor aos projetos de **colonização cultural da América Latina e de perpetuação de seu subdesenvolvimento e dependência através da modernização reflexa, um projeto próprio que preencha, no âmbito universitário, os requisitos fundamentais de desenvolvimento autônomo da nação** (RIBEIRO, 1969, p.172 destaques RL)

Darcy Ribeiro estava ciente de que a universidade não se modificaria de modo endógeno e espontâneo. Somente com projeto, programas, planejamento, ação deliberada e impetuosa, transgressora da calma dinâmica da vida universitária de então, seria possível inseri-la como uma dimensão estratégica da nação.

As universidades latino-americanas não são capazes de crescer e de se aperfeiçoar nas condições atuais, a partir da estrutura vigente, com os recursos disponíveis (...) remédios vindos do exterior ameaçam robustecer ainda mais o seu caráter retrógrado. (RIBEIRO, 1968, p. 173)

Entre as principais nervuras do projeto transformador da universidade, é preciso realçar a concepção de história como tempo aberto às lutas e que não está preconfigurada. Para avançar, é preciso projeto e sujeitos dispostos a levar adiante estes projetos. Como salientado, Darcy valoriza a participação estudantil em linha com o movimento de Córdoba. Não menos importante, acentua a necessidade de politizar o conhecimento e a universidade e, em conexão com esta proposição, de ampliar a interação com os problemas das pessoas pobres.

Uma universidade aberta ao tempo histórico

A universidade de que necessita a América Latina, antes de existir como um fato no mundo das coisas, deve existir como um projeto, uma utopia, no mundo das idéias. A tarefa, portanto, consiste em definir as linhas básicas dêste projeto utópico, cuja formulação deverá ser suficientemente clara para que possa atuar como uma força mobilizadora na luta pela reforma da estrutura vigente. (RIBEIRO, 1969 p.168)

O nexó estabelecido em *A universidade necessária* entre as universidades e os projetos de nação desapareceu dos debates sobre o devir atual das universidades, a despeito dos ataques e das políticas de desmanche destas instituições no governo Bolsonaro. Desde a consolidação do sistema de acumulação neoliberal, as universidades passaram a ser concebidas como instituições instrumentais, utilitaristas, a serviço dos processos de acumulação e, por conseguinte, distantes dos problemas nacionais. Darcy Ribeiro provavelmente diria: uma universidade que opera a reconversão colonial por meio da Modernização Reflexa. Eric Hobsbawm (1997) identificou algo tenebroso no polissêmico neoliberalismo, o presentismo. Os partidos, as universidades, os sindicatos, os movimentos sociais, todos, de alguma forma, estão imersos no presentismo. É que o neoliberalismo fecha as vias do futuro: consignas como *There Is No Alternative - TINA* (Thatcher) e *Fim da História* (Fukuyama) são as expressões mais conhecidas. O tempo cotidiano se apresenta como se sem passado e sem futuro. As profundas derrotas das lutas sociais, o desmonte da URSS, a Queda do Muro de Berlim, os ferozes ataques aos sindicatos colocaram todos os setores comprometidos com a igualdade social na defensiva. E isso não é um processo que se dá exclusivamente no ‘plano das ideias’. O avanço do neoliberalismo sem freios muito facilmente pode recair no neofascismo.

No contexto do governo Bolsonaro, o estrangulamento orçamentário, o desprezo sistemático pela academia, as campanhas difamatórias, as intervenções nos processos de nomeação de reitores, tudo isso confirma que, no Brasil de hoje, as universidades públicas são concebidas como obstáculos a serem vencidos. A leitura do peculiar projeto de Nação divulgado por organizações militares (INSTITUTO SAGRES, 2022) é explícita quanto a isso: os professores devem ser neutralizados.

No caso das universidades Federais, a queda de mais de 40% das verbas de custeio e de 90% das verbas de capital no curto período de 2014 a 2021 tornaram a administração da universidade um cotidiano de Centro de Terapia Intensiva. As universidades respiram

por aparelhos e o intento é que se convertam em universidades sem alma, sem história, sem aura: universidades-zumbi.

O presentismo impele as universidades a olharem para as urgências do presente, para a Plataforma Sucupira, para a atualização do Lattes, para os prazos do CNPq e, nos dias de hoje, para o trabalho remoto. Um trabalho acelerado, árduo, intensificado, sobretudo para os docentes que também atuam na pós-graduação. Mesmo as poucas áreas que recebem aportes de recursos de maior escala estão emparedadas pelo presentismo. Os recursos da Agência Nacional de Petróleo são calibrados por projetos advindos das empresas petroleiras que negociam ações na bolsa e que, por isso, devem estar comprometidas com as expectativas do “mercado”, igualmente movidas pelo presentismo.

O presentismo nos cega diante dos objetivos da universidade, das necessidades dos povos, dos grandes problemas teóricos e epistemológicos internos aos processos de ensino e aprendizagem, interditando que o futuro e a luta por projetos estratégicos sejam os elementos impulsionadores da paixão a que se referem Gramsci e que tanto caracterizam a trajetória de Darcy Ribeiro.

Em poucos momentos da história intelectual das universidades brasileiras passado, presente e futuro interagiram de modo vivaz e dialético como nos movimentos das reformas de base. Álvaro Vieira Pinto, Celso Furtado, Chico de Oliveira, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Paulo Freire e, sob outros prismas, Anísio Teixeira, representam um agir que interpela de modo profundo a “formação econômico-social”. A despeito do fato de que as leituras eram diversas, todos estão mirando as causas do subdesenvolvimento e das abissais desigualdades sociais e, com isso, estão projetando um outro futuro.

É importante registrar que as ditaduras estavam levando adiante, como no caso brasileiro, um projeto de modernização conservadora – a rigor, um conjunto de medidas para adequar o país ao capitalismo monopolista – que ampliou a pós-graduação e a pesquisa na universidade brasileira. Em 1964, existiam cerca de 40 programas de mestrado e doutorado; em 1985, eram 1116. Nesse interregno foi feita uma regulamentação da pós-graduação à imagem e à semelhança de certa leitura reacionária da universidade estadunidense (Parecer Sucupira, 1965), seguida da contrarreforma de 1968, a Lei 5.540/68, coetânea do AI-5 e do Decreto 477/69. A Modernização Reflexa

não se esgota na assimilação de um determinado padrão de acumulação, envolvendo, também, uma forte nervura epistemológica na forma da colonialidade do saber, tal como conceituado por Aníbal Quijano (2005).

Uma universidade comprometida com o povo pobre

Darcy Ribeiro fala de povo. Desde já, é necessário afastar da análise a precária categoria de populismo, um termo que denota situações tão díspares quanto os populistas russos, no final do século XIX e na virada para o século XX, como governos de cariz profundamente distintos, espectro que vai da esquerda aos de extrema-direita neofascistas. Em Darcy Ribeiro a noção de povo é concebida com positividade para designar o povo pobre, a presença histórica dos subalternos, dos camponeses, dos trabalhadores precarizados, da juventude, dos favelados, dos negros etc. É uma categoria muito mais ampla e abrangente do que a noção de operariado utilizada pelo marxismo dogmático e evolucionista. Darcy Ribeiro quer uma universidade em interação com o povo e com o seu devir, como Nação [... objetivando] a condição “de um povo para si, dono do comando de seu destino e disposto a integrar-se na civilização emergente como uma nação autônoma” (RIBEIRO, 1969, p.9).

Ribeiro não indiferencia todas as classes sociais sob o manto do povo. No mesmo contexto em que critica a subordinação da universidade à Modernização Reflexa, Ribeiro assevera:

O patronato, no exercício da exploração econômica, e o patriciado no desempenho de cargos públicos, não somente enriqueceram, como também legaram bens e regalias a seus descendentes, através de gerações. O povo é que foi excluído do processo, porque se viu compelido a exercer o papel de “proletariado externo” dos núcleos centrais de um sistema econômico de base mundial, destinado a manter com seu trabalho os privilégios da classe dominante nativa e os lucros de seus sócios estrangeiros. (RIBEIRO, 1969, p.15).

A anos-luz dos debates majoritários atuais, Ribeiro está propugnando uma universidade comprometida com o povo, com a transformação, com o trânsito, com novos patamares culturais e civilizatórios, com a rebeldia contra o atraso e com a passagem da consciência ingênua e colonizada (típica da Modernização Reflexa) para a consciência crítica.

(...) trata-se de saber se é possível instituir uma universidade que sirva à transformação estrutural em sociedades **cujas camadas dominantes não desejam mais que uma modernização reflexa que consolide, em lugar de debilitar, sua dominação**. E se é possível conquistar a maioria dos corpos universitários para uma política de crescimento autônomo da Universidade, visando contribuir para que a sociedade nacional se encaminhe pela via da aceleração evolutiva. (RIBEIRO, 1969, p.12, destaques RL)

Foi nesse contexto que houve a destruição da UnB:

A experiência de Brasília durou apenas quatro anos; quando dava seus primeiros passos, o golpe militar de primeiro de abril de 1964, que submeteu o Brasil a uma ditadura regressiva, assaltou a universidade e lhe impôs um interventor. A preocupação obsessiva do governo militar e de seus agentes em subjugar e controlar uma universidade que não compreendiam determinou a demissão de todos seus professores capacitados para implantá-la. Assim se destruiu o projeto mais ambicioso da intelectualidade brasileira, reduzindo-o a um simulacro de universidade que aguarda sua restauração. (RIBEIRO, 1969, p.122)

O contraste entre o projeto de universidade associado a um projeto de nação autônoma com a atual agenda da internacionalização subalterna, com a adesão ingênua, acrítica, reflexa, à organização das universidades em função dos *rankings* internacionais é, de fato, imenso e permite mensurar a atualidade dos problemas apontados por Darcy Ribeiro. O uso de métricas descontextualizadas, o desvirtuamento da bibliometria, a celebração de feitos que tão somente aprofundam a heteronomia cultural das universidades (como os prêmios Monsanto...) e a incorporação adaptativa de problemáticas que nos aprisionam no mais perverso presentismo, tudo isso denota o peso sufocante da Modernização Reflexa, ainda nos dias de hoje, porém, desgraçadamente, desvinculada das lutas pelas reformas de base.

Em *A universidade necessária* há uma forte imbricação entre consciência e ciência. A função principal é a formação da consciência crítica, capaz de superar a consciência ingênua, adaptativa, reflexa. Isso significa que o campo científico é pensado como uma das dimensões da formação cultural, ideológica, e dos processos formativos da consciência. Ribeiro menciona a ‘responsabilidade moral da ciência’ e destaca, talvez de modo indulgente, que a Modernização Reflexa impede os militares de compreender o lugar estratégico do livre desenvolvimento da ciência nos países dependentes. A repressão e as ocupações militares, observa Ribeiro, foram mais violentas nas universidades com maior densidade de produção científica, levando um imenso número de pesquisadores a deixar o país, número acima da conhecida fuga de cérebros.

A ciência, embora mundial, realizada em conexão mundial, não está desterritorializada e solta no tempo: a ciência e a tecnologia são parte do trânsito para outro projeto de Nação. Acentua o tema das ciências sociais (RIBEIRO, 1969, p. 68-69), criticando a alienação característica de conformidade ou não com teorias importadas.

Outro tema de imensa atualidade para o fazer universitário é ressaltado em sua obra de modo original, pioneiro, o *modus operandi* da indução e valorização de linhas de investigação que aprofundam a heteronomia cultural e científica pelos órgãos de fomento frequentemente sob influência de organizações estrangeiras. É preciso realçar que, naquele contexto, a indução estava associada ao emaranhado da doutrina de segurança e da guerra fria, e que, como não foi objeto de crítica no período da redemocratização, foi naturalizada no sistema de ciência e tecnologia do País.

A pesquisa aplicada aos problemas de produtividade e aos programas de estudo das causas do atraso é também obstaculizada, já que os órgãos de cultivo da ciência, ao modelar-se por ideais academicistas que não se permitem tratar questões práticas em nome da devoção à investigação fundamental, também não a realizam. (...) Nestas condições, torna-se impossível à universidade latino-americana a realização de esforços para criar uma cultura nacional autêntica e para erradicar os conteúdos alienantes que sobreviveram da dominação colonial, ou foram induzidos ao longo do período de dependência neocolonial. (RIBEIRO, 1969, p.103)

De modo sagaz, até mesmo premonitório, Darcy Ribeiro foi pioneiro na crítica à indução governamental por meio de editais e linhas de pesquisa guiados por objetivos heterônomos que alcançam as problemáticas científicas e o próprio método de pesquisa.

Neste novo marco, a liberdade acadêmica se converteu num mito ou se ajustou, à contingência de exercer-se somente no âmbito da metodologia da pesquisa sem direito à escolha em relação aos temas prescritos nos contratos de financiamento. (...) A divulgação indiscreta dos vínculos da Universidade de Michigan com a CIA, para o exercício de funções policiais no Vietnã, do patrocínio da Universidade de Washington ao Plano Camelot e, da mesma maneira, as investigações sociais do Massachusetts Institute of Technology e os projetos milionários de estudos latino-americanos de uma dezena de outras universidades, são meros sintomas deste processo de ajuste do mundo acadêmico aos imperativos da luta política e da competição científica. (RIBEIRO, 1969, p.152)

Princípios orientadores da Universidade Necessária

No final do livro, Ribeiro elenca os princípios orientadores da universidade necessária, que ressoam com desconcertante atualidade nos dias de hoje, em que as universidades estão em processo de desmanche em virtude do estrangulamento orçamentário e da ofensiva contra a liberdade de cátedra imposta pelo governo Bolsonaro.

O primeiro balizamento, ao contrário da leitura apressada de seu livro que poderia sugerir certa xenofobia, é a preocupação com os padrões internacionais de produção do conhecimento, porém como esteio para interpelar criticamente os problemas nacionais e como fundamento da liberdade de cátedra:

As atividades de cada universitário devem ser julgadas fundamentalmente com respeito à fidelidade que guardam aos três princípios básicos, que não podem faltar em nenhuma universidade que se preze como tal: a) **o respeito aos padrões internacionais de cultivo e de difusão do saber; b) o compromisso ativo na busca de soluções aos problemas do desenvolvimento global e autônomo da sociedade nacional; c) a liberdade de manifestação do pensamento por parte de docentes e estudantes que, em nenhuma circunstância, poderão ser questionados, prejudicados ou beneficiados em razão de suas convicções ideológicas ou da defesa de suas idéias.** (RIBEIRO, 1969, p.155, destaques RL)

Mobilizado pela ingerência dos militares e das corporações sobre a pesquisa nas universidades, Ribeiro coloca em relevo o caráter público da pesquisa:

As atividades da universidade serão sempre públicas, não se admitindo, em nenhuma circunstância, formas secretas ou reservadas de ação ou pesquisa. (...) As universidades custeadas com recursos estatais são e devem continuar sendo instituições públicas; sua conversão em emprêsas ou fundações privadas representaria um retrocesso (RIBEIRO, 1969, p. 156).

Constatando a violência da ingerência governamental na UnB e nas demais universidades, Ribeiro eleva o patamar institucional do estatuto da autonomia universitária, abrangendo o autogoverno e o governo cotidiano das instituições:

A autonomia universitária deve ser entendida como o direito de autogoverno exercido democraticamente pelos corpos acadêmicos, sem imposição externa dos poderes governamentais e sem interferências de nenhuma instituição estrangeira, tanto na implantação e funcionamento de seus órgãos de deliberação, como na determinação de sua política de ensino, de pesquisa e de extensão. E, da mesma maneira, sem restrições de nenhuma espécie na condução de suas atividades criadoras, docentes e de difusão e, ainda, na constituição de seus corpos docentes e na

fixação de seus critérios de acesso e promoção do estudante. (RIBEIRO, 1969, p. 156).

Ainda sobre o autogoverno da universidade, Ribeiro recupera de modo audaz, pioneiro e ousado o co-governo com estudantes, nos termos das lutas de Córdoba (1918):

A característica distintiva da universidade latino-americana é sua forma democrática de govêrno instituída através da coparticipação de professores e estudantes em todos os órgãos deliberativos. (RIBEIRO, 1969, p.156)

O autor faz uma defesa corajosa da politização das universidades que, nos dias de hoje, provocaria processos por parte de segmentos do Ministério Público Federal e da Controladoria Geral da República.

Os corpos acadêmicos têm responsabilidades políticas iniludíveis de defesa do regime democrático porque esta é a condição essencial para o exercício fecundo e responsável de suas funções. Esta responsabilidade deve ser exercida dentro de um ambiente de convivência livre de tôdas as correntes do pensamento. (RIBEIRO, 1969, p.165).

22

Finalmente, é imperioso ressaltar que a politização está relacionada a luta por um projeto autônomo de nação.

A formulação de um projeto próprio de desenvolvimento é requisito indispensável para que as universidades de áreas subdesenvolvidas possam estabelecer relações fecundas com outros centros universitários e, principalmente, para que possam receber ajuda estrangeira (RIBEIRO, 1969, p.165)

Conclusão

As proposições de Darcy são inspiradoras, polêmicas, em alguns excertos pessimistas, ao destacar o peso da Modernização Reflexa. Contudo, o conjunto do livro se coaduna com uma irrefreável confiança de que, em germe, o país e a América Latina poderiam ser o palco de novos horizontes civilizatórios. Logo após a elaboração dessa obra o imperialismo empreendeu uma nova onda de golpes para instalar ditaduras. A experiência luminosa de Allende foi interrompida por um sangrento golpe em 1973. Na Argentina, em 1966-1973, o golpe foi interrompido por um curto período de retorno de Perón, mas em 1976 a sangrenta ditadura foi vitoriosa. Em seu amado Uruguai que o recebeu de braços abertos, o golpe abrangeu o período de 1973-85.

A Modernização Reflexa calibrou a pós-graduação, especialmente a brasileira e chilena de modo muito estreito. Entretanto, contraditoriamente, o êxito das políticas da ditadura no Brasil e na Argentina, por exemplo, se voltou contra a própria ditadura. Ao expandir a Modernização Reflexa as ditaduras ampliaram o corpo docente, institucionalizaram a pesquisa, ampliaram o corpo estudantil para assegurar uma massa crítica de trabalhadores qualificados. No final dos anos 1970, segmentos desses sujeitos somaram as fileiras do radicalismo democrático, lutaram contra a ditadura, constituíram associações de docentes, reorganizaram o movimento estudantil e constituíram movimentos de técnicos e administrativos de grande envergadura.

Por muitas vias, foi constituída no Brasil um importante movimento de lutas em prol da ampliação de estudantes negros, indígenas, camponeses, nas universidades. Florestan Fernandes observa que, conforme o Censo de 1950, o percentual de diplomados negros era de estarecedores 0,28%. Quando, finalmente, a lei de cotas foi aprovada, em 2012 (Lei 12.711/12), novas conformações da revolução democrática se efetivaram nas universidades públicas, talvez uma das mais importantes esteja sendo a harmonização da composição social e racial das universidades com a composição do povo pobre do País, como queriam Darcy e Florestan. É inevitável associar as lutas democráticas de hoje com os desafios de constituir a universidade necessária por Darcy Ribeiro. É plausível encontrar nas agendas do radicalismo democrático de hoje ecos, lampejos, das proposições de Darcy Ribeiro. Talvez a principal delas seja a não adaptação aos imperativos da Modernização Reflexa e, dialeticamente, a proposição da universidade autônoma a serviço de uma nação em que caibam todos os rostos humanos.

Referências:

AZEVEDO, G. Darcy Ribeiro. In: *Rebeldes brasileiros: homens e mulheres que desafiaram o poder*. v. 2. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

BOMENY, H. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2001a.

BOMENY, H. *Os intelectuais da educação*. RJ: Jorge Zahar Editores, 2001b.

DREIFUSS, R. *1964 – A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

FARIA, L. C. América Latina e o direito à educação republicana: memórias e fazimentos de Darcy Ribeiro. In: MARTINS, P.; MUNTREAL, O. *O Brasil em evidência*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 138-151.

FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução*. SP: Expressão Popular, 2020.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Um ensaio de interpretação sociológica. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. Político, s/d. Disponível em: <http://fundar.org.br/politico/>. Acesso: 20/07/22).

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, V. 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução e edição Carlos Nelson Coutinho. (5ª edição). RJ: Civilização Brasileira, 2010.

HOBSBAWM, E. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

INSTITUTO SAGRES. *Projeto de Nação – Cenário Prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivo, Diretrizes e Óbices*. Brasília, 2022, 102 p. ISBN: 978-85-53117-02-4. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/05/projeto-de-nacao-fev-2022.pdf>. Acesso em junho de 2022.

LEHER, R. *Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente*. RJ: Consequência, 2018.

LEHER, R. Darcy Ribeiro e a universidade (cada vez mais) necessária. *Revista Interinstitucional Artes De Educar*. v.3, 2017.

MANNHEIM, K. O problema da intelligentsia. In: MANNHEIM, K. *Sociologia da cultura*. SP: Perspectiva/EDUSP, 1974.

MATOS, S. C. M. Darcy Ribeiro e educação em tempo integral: processo civilizatório à frente de seu tempo. In: LEITE, L. H. A. e CARVALHO, L. D. *Anais do I Seminário Internacional de Educação Integral: observando realidades e construindo compromissos / – Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação, 1ª edição, 2015.*

MIGLIEVITH-RIBEIRO, A. Darcy Ribeiro e a UnB: intelectuais, projeto e missão. *Revista Ensaio*, 25, 2017.

PRESTES, A. L. Da “declaração de março” de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. *Crítica Marxista*, Campinas/São Paulo, n . 32, p .147-174, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Mariana (org.). *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 35-95.

RIBEIRO, D. *A universidade necessária*. RJ: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, D. *O dilema da América Latina estruturas de poder e forças insurgentes*, 4ª Edição, Petrópolis: Editora Vozes Ltda. 1988

SALMERON, R. A. *A universidade interrompida – Brasília 1964-1965*. Brasília: Ed. UnB, 1999.